

PARA ALÉM DAS PALAVRAS: TEORIAS E PRÁTICAS DA HORIZONTALIDADE COMO CONSTRUÇÃO DE UTOPIAS NO MOVIMENTO PASSE LIVRE-DF

MÁS ALLÁ DE LAS PALABRAS: TEORIAS Y PRÁCTICAS DE LA HORIZONTALIDAD COMO CONSTRUCCIÓN DE UTOPIAS EN EL MOVIMIENTO PASSE LIVRE-DF

Leila Saraiva¹

RESUMO

Desde sua formação, em 2004, a discussão sobre os princípios norteadores do Movimento Passe Livre-DF (MPL-DF) são parte fundamental de seus debates e reflexões, partindo do pressuposto de que a política que o coletivo pretende construir aposta na anulação da distância entre meios e fins (Saraiva, 2010:79). Em outras palavras, uma batalha cotidiana para que a revolução que o movimento procura construir comece a ser vivenciada dentro de suas próprias práticas. Desde uma perspectiva interna, pois que sua autora é também militante, este artigo procura partir da análise etnográfica de reuniões e debates do movimento para discutir as noções de um de seus mais caros dos princípios: a horizontalidade. Tal como explorado no texto, há aí um fluxo de distintas concepções do que significa ser horizontal, percepções que convivem, se cruzam, dialogam e por vezes se contrapõe. Esse fluxo de conceitos e práticas acaba também por revelar ideias distintas sobre a natureza do poder e da hierarquia, assim como compõe a noção de sujeito político que o MPL-DF deseja edificar. A peleja cotidiana da concretização da horizontalidade é, assim, uma oportunidade de entender os projetos de sociedade que o MPL-DF constrói, assim como os desafios para sua realização. Inspirado nas discussões de Safatle (2016) acerca do desamparo enquanto afeto revolucionário, o artigo aposta numa permanência do desconforto enquanto mobilizador da construção de uma coletividade horizontal, assim como da busca que nos move em direção à nossa própria utopia.

PALAVRAS-CHAVE: Horizontalidade, Movimento Passe Livre, Desconforto,

¹ Mestranda em Antropologia Social - PPGAS/DAN/UNB. Contato: leilocal@gmail.com

hierarquia, liderança.

RESUMÉN

Desde su formación, em 2004, la discusión acerca de los principios norteadores del Movimento Passe Livre-DF (MPL-DF) són parte fundamental de sus debates y reflexiones, desde una mirada de la política que el colectivo pretende construir, cual sea , desde la apuesta en la anulación de la distância entre médios y fins (SARAIVA, 2010, p.79). Em otras palavras, uma batalla cotidiana para que la revolución que el movimiento busca construir empieze a ser vivida dentro de sus próprias prácticas. Desde una perspectiva interna, pues que su autora es también militante, este artigo busca partir de la análise etnográfica de reuniones y debates del movimiento para discutir las nociones de uno de sus más caros principios: la horizontalidad. Tal cual explorado em el texto, hay ahí una flujo de distintas composiciones de que significa ser horizontal, percepciones que conviven, se cruzan, dialogan y por vezes entran em colisión. Este flujo de conceptos y prácticas terminan también por revelar ideas distintas sobre la naturaleza del poder e de la jerarquia, así como componen la noción de sujeto político que el MPL-DF desea construir. La peleja cotidiana por la concretización de la horizontalidade es, así, una oportunidad de elaborar los proyectos de sociedad que el movimiento, tal cual los desafíos para su realización. Inspirado em las discusiones de Safatle (2016) acerca del desaliento como afecto revolucionário, el artigo apuesta en la perenidad del malestar como mobilizador de la construcción de una colectividad horizontal, así como de la búsqueda que nos move em dirección a nuestra própria utopia.

PALABRAS CLAVE: Horizontalidad, Movimento Passe Livre, Malestar, Jerarquia, liderazgo.

Escrevo esse artigo como quem reflete e articula suas próprias experiências. Seu tema - a construção da horizontalidade no cotidiano do Movimento Passe Livre-DF (MPL-DF) – me atravessa para além de uma possibilidade de elaboração intelec-

tual: os (des)caminhos desse processo são partes da minha própria trajetória desde que, nos idos de novembro de 2004, cheguei a uma assembleia do movimento, sem saber exatamente aonde estava pisando. De fato, naquele então, ninguém sabia: fazia-se uma das primeiras reuniões do MPL-DF, que sequer tinha esse nome. Desde aí, foram muitas discussões, práticas, conflitos, que giraram em torno da horizontalidade, assim como dos outros princípios do movimento, entre tantas outras pautas que nos animaram ao longo desses anos.

Em outras palavras, esse texto parte de dentro, apostando numa interlocução com a antropologia que possa ser profícua para quem está atuando abaixo e à esquerda, para tomar emprestado o dizer zapatista que acabou também nosso. Desnecessário é afirmar que não compartilho do paradigma que considera que viver é coisa de *nativos* e escrever, coisa de antropólogos. A literatura e discussão acerca da possibilidade (e urgência) de construção de saberes situados, localizados (HARAWAY, 1991) enquanto aposta de objetividade forte (HARDING, 2016) é extensa e, por fundamental que a considere, opto por toma-la como pressuposto, não como debate.

Isso dito, indispensável é mencionar que o Movimento Passe Livre – DF, como qualquer dessas coletividades que insistimos em chamar de objeto, não se sujeita a explicações lineares, mas se constitui por uma multiplicidade de questões, olhares, pessoas, processos. Nesse sentido, encaro a oportunidade de pensar teoricamente sobre o coletivo, em primeiro lugar, como uma chance de me somar a meus companheiros e companheiras de luta, que vem fazendo esse esforço no cotidiano do movimento, apenas me utilizando de outras ferramentas (nem tão outras, a julgar pela quantidade de cientistas sociais que o compõe). Em segundo, enxergo a produção de teoria não como uma forma de alcançar a realidade, mas, de fato como uma forma de produzi-la. Isso vale para mim, mas também vale para a antropologia como um todo: sempre foi papel das etnografias produzir seus nativos. Enquanto escrevo, então, é também minha intenção pensar a partir da etnografia para produzir *um* MPL-DF, a ser contrastado, contestado, refutado por outros MPL-DF, produzidos por outros/as militantes e/ou pesquisadores/as. Teorizar, desta forma, não é escrever estamentos acerca de quem estudamos, mas provocar novas questões, novas dúvidas.

Por fim, um último ponto nessa seção que talvez pudéssemos chamar de “metodologia”, dialogo aqui com duas etnografias, elaboradas em momentos diferentes do movimento: a de Mendes (2007) e a de Saraiva (2010), relacionando-as com a análise etnográfica de um episódio no qual o debate sobre os desafios da horizontalidade mobilizou intensamente o coletivo, em março de 2016. Ao longo do texto, ainda, muitas vezes se mesclam também minhas memórias e experiências anteriores à opção de me fazer antropóloga pensando o MPL. Isso, espero, explica o tom que o trabalho possui, explícito na alternância entre a primeira pessoa do plural e a primeira pessoa do singular. Aqui, as elaborações do movimento se cruzam necessariamente com as minhas impressões pessoais enquanto militante, que, por sua vez, também são perpassadas pelo olhar de etnógrafa que escolhi adotar. Essa mistura, aposto em utiliza-la como potência.

1 “TRAZEMOS O MUNDO NOVO EM NOSSOS CORAÇÕES”²: O MOVIMENTO PASSE LIVRE-DF E SEUS PRINCÍPIOS

O Movimento Passe Livre foi criado no Distrito Federal em 2004, conjugando ao menos dois anseios: por um lado, as necessidades de quem enfrentava as desventuras do sistema de transporte coletivo; por outro, o que também nos parecia uma necessidade, a emergência de um outro tipo de organização política, distinta da chamada *esquerda institucional*. Este termo, corrente no vocabulário do coletivo, refere-se às formas mais ortodoxas de atuação da esquerda, concretizadas nos partidos políticos e nas entidades representativas de estudantes, que possuía na trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) uma de suas grandes expressões.³ Àquela época, é bom dizer, havia dois anos que o PT ganhara a presidência da república e as decepções eram grandes para alguns/as de nós, enquanto para outros/as, a necessária falência da

2 Frase de Buenaventura Durruti, anarquista e combatente na Revolução Espanhola de 1936.

3 Saraiva e Mendes se debruçam sobre duas categorias a partir das quais os/as integrantes do MPL-DF marcam suas diferenças com outros setores da esquerda: esquerda institucional – cujo foco de atuação encontra-se na disputa do Estado e com quem pouco se dialoga – e esquerda social, composta essencialmente por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com quem, apesar das discordâncias diversas, procura-se manter e construir laços. O MPL-DF se classifica como “esquerda autônoma”, ou seja, enquanto um movimento que não centra a sua atuação na disputa do Estado ao mesmo tempo que se pauta por princípios que revelam um projeto político ligado a ideia de Autonomia.

disputa do Estado enquanto caminho da esquerda parecia apenas seguir seu curso esperado.

A conexão entre as duas coisas, a saber, da pauta do transporte com uma forma peculiar de organização, não nos apareceu do nada: Em 2003, vários/as de nós havíamos acompanhado com entusiasmo as notícias da revolta popular que tomou as ruas de Salvador contra o aumento da passagem, marcada não apenas por uma sucessão de manifestações que pararam a cidade, mas também pela recusa contínua à atuação de organizações institucionais como a União Nacional dos Estudantes (UNE). No ano seguinte, foi Florianópolis que viu suas ruas serem tomadas, também contra o aumento da passagem de ônibus. Mais uma vez, as manifestações eram marcadas por formas não ortodoxas de atuação, não lideradas por organizações tradicionais da esquerda.

Esses dois episódios, conhecidos respectivamente como a Revolta do Buzú e a Revolta da Catraca⁴, pareciam apontar novas possibilidades de ação política e inspiraram jovens do Distrito Federal a se mobilizar em torno da pauta dos transportes por conta de seu potencial agregador e seu efeito indiscutível na vida de milhares de pessoas. Embora as condições de mobilidade no Distrito Federal fossem historicamente marcadas pela precariedade, não havia ainda qualquer movimento que lutasse especificamente por melhores condições de transporte, ainda que as revoltas espontâneas fossem uma constante quando, por exemplo, as tarifas aumentavam. A chance estava ali.

Frente ao incômodo cotidiano com os caros ônibus lotados do DF, havia, então, a percepção de que movimento só teria razão de ser se, de início, partisse de pontos diversos. Esses pontos são, justamente, nossos princípios norteadores, intrinsecamente ligados às formas de atuação do movimento. Sobre eles, Mendes dirá:

“O movimento (...) declara-se horizontal por não haver divisão entre diretoria e base, ainda que haja uma militância dita mais 'orgânica' e pessoas que não participam das assembleias, mas comparecem às manifestações. A diferença é que essas pessoas podem se aproximar e participar de acordo com suas

4 Retomarei o processo da “Revolta do Buzú” ao longo desse trabalho, mas para saber mais destes dois episódios, recomendo a leitura tanto de Mendes como de Saraiva, em obras já citadas, como “A revolta da Catraca”, de Liberato (2014) e o filme “A revolta do Buzú”, de Carlos Pronzato (2003)

vontades, ao contrário de outros espaços políticos que, em geral, funcionam hierarquicamente(...). Apartidário por não ser composto, nem associado a qualquer partido, e até mesmo por ter uma resistência a aproximações com a política partidária. Autônomo por optar por controlar e escolher seus próprios rumos, defender a autogestão do sistema de transportes e organização da própria vida. O MPL se diz independente por não utilizar dinheiro ou recursos de outras entidades, por ser livre de instituições financeiras e políticas (...) Já o federalismo serve para conferir aos movimentos localizados em outras cidades autonomia sobre suas ações, desde que respeitem os outros princípios essenciais. O anticapitalismo vem no projeto de desmercantilização dos transportes, na visão dos transportes como bem essencial que não deve ser tratado como mercadoria." (MENDES, 2007, p.11)

Todos esses princípios – horizontalidade, apartidarismo, autonomia, independência, federalismo e anticapitalismo – são também guiados por outro termo que, embora não apareça diretamente declarado, é parte fundante da forma que operamos. Trata-se do *prefigurativismo*, conceito de origem anarquista, que "anula a distância entre os meios e os fins, criando a noção de revolução como um processo cotidiano." (SARAIVA, 2010. p.79). Ou, como dito em comunicado divulgado em um protesto que o MPL-DF ajudou a organizar: "Nossos objetivos passam por um completo mundo novo no futuro, mas nossos meios passam por um completo mundo novo agora." (Carta aberta à sociedade: Nossa dignidade nos leva à rebeldia, em Saraiva: 78). Em outras palavras, e como é muitas vezes repetido em nossas explicações, esses são os nossos princípios pois não queremos *reproduzir em nós a estrutura que pretendemos destruir* – um entendimento de que a forma como nos organizamos não se separa do conteúdo de nossos discursos.

Talvez a ideia de prefigurativismo nos ajude a entender porque, em especial no início do movimento, os debates acerca da formulação e coerência com os princípios eram uma constante no cotidiano do coletivo. Muitas das pessoas que inicialmente passaram a participar das reuniões do movimento pareciam se sentir mais atraídas por sua forma de organização do que exatamente por sua pauta. Como nos mostra depoimento colhido por Mendes:

"A pergunta importante é porque eu fiquei no MPL. O que me faz é mais do que só a concordância com a bandeira, porque realmente existem muitas bandeiras que eu sou a favor, e inclusive a UNE tem a bandeira do passe livre também. O que me atrai é a forma de organização, sem dúvida. Coisas que eu já rejeitava intuitivamente, vi sendo rejeitadas com justificativas políticas

dentro do MPL. Eu nunca tive afinidade com partidos, nunca gostei de organizações hierarquizadas. Entrando no MPL o que eu senti foi exatamente a possibilidade de estar com pessoas que acreditavam nisso e colocavam aquilo como princípio." (ativista do MPL-DF in MENDES, 2007, p.33)

As recorrentes discussões acerca dos princípios muitas vezes adquiriram mais relevância do que os debates que envolviam as demandas concretas sobre o transporte que o movimento encampava. Isso era causa de angústia para alguns/as dos militantes: "Tal prática tem uma consequência, o não aprofundamento do debate no tema específico de atuação (...) Ocorre uma valorização do processo em si, em detrimento do conteúdo que aquele processo vai elaborar." (integrante do MPL in Mendes, idem, p.34). Por outro lado, as discussões constantes sobre os princípios eram vistas, tanto dentro do próprio movimento como por quem escrevia sobre ele, como um impulso necessário para a desconstrução de valores intrinsecamente conectados ao tipo de política que queríamos negar, como uma espécie de reeducação ou, como nos afirma Saraiva, um tipo de "nivelamento" (SARAIVA, 2010, p.88).

É bem verdade que, à medida que os anos foram passando, as longas discussões sobre cada um daqueles princípios deixaram de ocupar tanto espaço nas assembleias, surgindo de forma mais eventual quando, por exemplo, precisávamos decidir relações específicas com algum partido político, ou em como nos portaríamos frente a um convite do governo. No entanto, o mesmo não parece valer para a *horizontalidade*: sua vivência, ao contrário, parece complexificada pelo passar do tempo. É quando o MPL parece se consolidar enquanto referência de movimento, e quando o avançar do relógio constrói também acúmulo de práticas e conhecimentos por militantes mais antigas, que a neutralização das hierarquias internas nos parece mais árdua, especialmente em momentos de entrada de novos/as integrantes. Esses encontros, chamados até mesmo de "intergeracionais" por alguns membros do coletivo, trazem à nossa dinâmica interna novas questões, conflitos, embates.

Como conjugar o acúmulo das *militantes históricas* sem acabar com o ânimo fresco e criativo de quem acaba de se juntar à luta? Como fazer com que a diversidade de experiências dos/as integrantes do coletivo seja um passo a mais em profundidade nas formulações do movimento? Como não confundir a busca pela horizontalidade com formatação de corpos e habilidades, que rejeitamos enquanto prática política?

Como lidar com a diferença de aptidões e ações que o movimento exige, sem consolidar posições de poder e, ao mesmo tempo, sem prejudicar nossa força política? Que mecanismos temos à nossa disposição para isso e quais ainda teremos que inventar? Qual é, afinal de contas, a horizontalidade que pretendemos construir? Essas questões surgem com frequência no coletivo, e, em geral, tem um poder bastante mobilizador para seus/as integrantes, geralmente emergindo após alguma situação incômoda, como no caso que aqui analiso.

2 AS PRÁTICAS DA(S) HORIZONTALIDADE(S) NO COTIDIANO DO MPL-DF

Se voltarmos à forma como Mendes conceitua a horizontalidade, veremos que ela se trata da “não divisão entre diretoria e base”, e da possibilidade das pessoas se aproximarem das instâncias decisivas “de acordo com suas vontades” (MENDES, 2007, p.11). A definição é concisa, e seu valor está em demonstrar que a horizontalidade parte, antes de tudo, de uma negativa: não somos como as organizações da esquerda institucional, não trabalhamos pela pirâmide. O princípio é, dessa forma, um conceito aberto: a bem da verdade, não sabemos ao certo como funciona uma coletividade horizontal (isso é algo a ser inventado), mas sabemos que não queremos ser verticais.

Como a própria etnografia de Mendes demonstra, no entanto, o cotidiano do MPL-DF levou a ideia de horizontalidade para muito além da não instituição de cargos e da abertura dos espaços deliberativos. Ele desdobrou o princípio, por um lado, em uma série de práticas pensadas para construir o tipo de relação interna que nos parecia desejável, quando a horizontalidade vira, como disse Saraiva, “um princípio transfigurado em mecanismos” (SARAIVA, 2010, p.77); por outro, em uma discussão acerca da concepção de poder e de hierarquia.

Em se tratando dos mecanismos adotados pelo MPL-DF como tentativa de criar uma dinâmica horizontal, Saraiva mencionará: i) O rodízio de funções: uma constante troca entre quem exerce as diversas tarefas do movimento, de forma a evitar uma especialização dos militantes em funções de maior ou menor prestígio; ii) Estratégias

de não identificação dos integrantes em atividades que costumam resultar em algum destaque individual, como a adoção de codinomes na realização de entrevistas; iii) a prática de colocar um membro mais antigo do movimento para acompanhar a entrada de novos/as integrantes, de forma que se repasse constantemente o máximo de informações e conhecimento acumulado pelo coletivo; iv) a realização constante de oficinas e atividades de *formação*, para compartilhamento dos acúmulos de discussão; v) a convocação contínua para que os novos/as integrantes se responsabilizem pelas tarefas decididas em assembleia. (idem, pp. 185 - 186).

Apesar da distância temporal – passaram-se 6 anos desde a etnografia de Saraiva - esses mecanismos continuam sendo utilizados no movimento enquanto ferramentas fundamentais, tendo sido, muitas vezes, apenas incrementados. A necessidade de aplica-los com vigor volta a ganhar espaços nas assembleias especialmente quando várias novas pessoas se aproximam do movimento. No processo que acompanhei em meu trabalho de campo, cerca de 10 pessoas passaram a participar de suas assembleias, após a ação contra a diminuição do passe livre estudantil que resultou em ocupação de um órgão público, da qual também fizemos parte. Momentos como esse são vistos com delicadeza e atenção por quem já compõe o movimento há mais tempo, já que a entrada de novos/as integrantes é tida como fundamental para a sobrevivência do coletivo.

Ser ou não ser “novo” no movimento, no entanto, pode dizer respeito a experiências bastante diversas, e há quem se considere “novo” mesmo já tendo passado mais de ano participando das decisões e organizando as atividades. Essa sensação muitas vezes trata da dificuldade de se sentir tão partícipe e capacitado como integrantes que compõe o MPL-DF desde o início (ou há muitos anos) e essa interação – jocosamente chamada de intergeracional – é também motivo de acirramento das conversas sobre os processos de construção da horizontalidade.

Talvez devamos passar antes, no entanto, pela percepção do que é *entrar no coletivo*. O principal espaço deliberativo do movimento é a assembleia que ocorre presencialmente e mensalmente, idealmente pensada para ser realizada rotativamente, uma vez no Plano Piloto e outra em Taguatinga. Essas assembleias, mantêm-se aber-

tas a quem quer que possua interesse para contribuir com o MPL-DF e há um esforço para que o maior número de pessoas esteja presente. Nelas costumamos discutir os rumos políticos do movimento, decidir próximos passos e também chegar a consensos sobre questões que muitas vezes vinham sendo discutidas em outros canais de comunicação. É também nelas que muitas vezes realizamos as *atividades de formação interna*, compartilhando oficinas e vídeos que compõe o acervo do movimento.

Participar das assembleias, no entanto, não transforma ninguém em automaticamente integrante do coletivo, muito embora esse já tenha sido o caso em outras épocas. Há, atualmente, um procedimento de entrada no coletivo que passa pela participação em 3 assembleias ou atividades – sendo as atividades vistas como mais relevantes, pois que o coletivo avalia que a atuação externa é sua prioridade – e por uma conversa individual de concordância com os princípios.

Este último ponto, a conversa e concordância sobre os princípios, foi adotado em uma reunião que resultou de uma situação bastante específica: alguns meses antes, Mara⁵ havia entrado para o movimento, compondo todos os seus espaços, já tendo passado pelas três atividades então exigidas. Sua entrada trazia algumas peculiaridades, pois que sua atuação e prática política prévia era em uma organização partidária e isso por vezes causava ruídos na convivência com o restante do movimento, de orientação autonomista. Esses ruídos ficaram explícitos quando Mara, certo tempo depois, anunciou sua saída do coletivo, fazendo algumas críticas à sua forma de atuação e declarando que não tinha certeza se concordava com todos os princípios do movimento. O fato de alguém ter sido militante do MPL, ainda que por pouco tempo, sem possuir concordância com seus princípios causou bastante incômodo em seus integrantes, e a discussão se estendeu acerca das possibilidades de evitar esse tipo de situação sem burocratizar excessivamente a entrada de pessoas. Após a análise de várias propostas, optamos por adotar a conversa individual sobre os princípios como um dos procedimentos de entrada.⁶

5 Nome fictício

6 Um militante que nesta reunião ainda estava se aproximando do coletivo, tempos depois me disse, brincando: “naquela reunião vocês pediram para mim, que estava chegando no movimento, decidir como seria o procedimento de entrada! Não fazia o menor sentido! Vício de forma, legislando em causa própria!” Essa fala revela um pouco as porosidades das fronteiras do movimento.

Qual é, no entanto, a importância de dizer quem é e quem não é do movimento? As discussões do MPL-DF nesse ponto giram principalmente em torno de dois aspectos: o primeiro, diz respeito à segurança – em termos de criminalização – e à confiança – pois que se apresentar publicamente como MPL requer um compromisso com as decisões tomadas coletivamente e a preocupação com possíveis oportunismos é constante⁷; o segundo, trata da necessidade que o coletivo tem em saber “quais são suas pernas”, ou seja, com quem pode contar para realizar as atividades propostas.

Concretamente, entrar no movimento significa, por um lado, ter a legitimidade de se apresentar publicamente como Movimento Passe Livre – DF⁸ e, por outro, ter acesso a outros dois espaços de conversa e diálogo constante: os grupos do Telegram e a participação em uma plataforma digital, chamada pelo coletivo de *facebook ativista*. Nessa plataforma, boa parte das discussões do movimento que precisam ser mais amadurecidas são adiantadas e elaboradas, ficando a decisão para o momento da assembleia.

É importante dizer que, ainda que com esses procedimentos e distinções entre quem é e quem não é integrante efetivo do MPL, a participação do maior número de pessoas no coletivo é sempre mencionada como primordial e vista como algo que deve ser cultivado por todos/as os/as seus integrantes. Por isso, há um esforço para que as assembleias nas quais novas pessoas estão se aproximando sejam *acolhedoras*, e há constante incentivo para que as recém-chegadas se sintam à vontade para falar e para se engajar nas atividades decididas. Podemos considerar a tentativa de construir um clima de acolhimento como um mecanismo informal de busca pela horizontalidade.

É quando novas pessoas decidem, por fim, se integrar de fato ao movimento que os mecanismos formais de horizontalidade ganham maior proeminência. O hábito de integrantes mais antigos/as acompanharem a entrada de novos/as integrantes, como mencionado por Saraiva, é ainda utilizado e atualmente possui o nome de

7 Não são raras as situações em outras cidades, por exemplo, em que ocorre o chamado “sequestro de sigla”, na qual outras pessoas, muitas vezes políticos profissionais, se auto-declaram do MPL com o objetivo de negociar e/ou angariar vantagens.

8 A apresentação em espaços visto com mais receio pelo movimento no geral é consultada para os outros integrantes e só é feito com a anuência do coletivo.

apadrinhamento/amadrinhamento. Esse apadrinhamento tem como objetivo repassar o máximo de informações para as recém-chegadas, manter constantes os contatos com o movimento e sua agenda e também criar um laço de afinidade que ultrapasse os espaços formais do coletivo, possibilitando o compartilhamento de incômodos e dúvidas para as quais muitas vezes há timidez em ser feito nas reuniões. São também os padrinhos/madrinhas que conduzem a conversa mais aprofundada sobre os princípios, anterior à entrada efetiva no movimento.

Da mesma forma, a rotatividade de funções continua sendo vista como um dos principais mecanismos de construção da horizontalidade, ainda com o objetivo de não especializar as militantes em tal ou qual atividade e possibilitar que todos/as sintam-se capazes de executar qualquer uma das tarefas do movimento. Muitas vezes, as tarefas são feitas por duas pessoas, uma mais antiga e outra mais nova, como forma de garantir a execução como planejada pelo movimento ao mesmo tempo em que familiariza as novas integrantes com as atividades que costumam ser realizadas.

Por fim, a discussão e uso de metodologias participativas de assembleia, inspiradas em métodos de educação popular, também é vista como um mecanismo importante de estímulo à participação de todos/as nas discussões. A adoção dessas metodologias muitas vezes causa alguma discussão, porque por vezes também encontra resistência em quem se sente mais à vontade com o formato clássico de reuniões, enquanto outras pessoas alegam que esse formato só é confortável quando já se está acostumado a falar.

O uso constante desses mecanismos nos revela a busca do movimento em construir, na prática, um de seus princípios. Se a adoção deles se dá a partir do consenso, a concepção do que exatamente é horizontalidade não é fechada, muito embora parta de alguns pontos em comum. Há percepções distintas do que significa ser horizontal, percepções que convivem, se cruzam, dialogam e por vezes se contrapõe. É sobre esse fluxo de conceitos de horizontalidade que pretendo me debruçar, a partir de um episódio em específico.

3 GARRAFA DESTAMPADA

Para discutir as diferentes concepções de horizontalidades que se cruzam no cotidiano do Movimento Passe Livre-DF, diálogo aqui com um episódio que acompanhei, em março de 2016. Ele começa em uma das assembleias mensais do movimento, que tinha como pauta, entre outras coisas, a construção de uma *análise de conjuntura* sobre o momento político vivido pelo país. A emergência desta pauta se devia não apenas à necessidade de entendermos coletivamente um contexto que nos parecia especialmente conturbado, mas também de tirar algumas linhas gerais de entendimento e de ação, a ser compartilhada com outros grupos e pessoas de orientação autonomista, em reunião marcada para alguns dias depois.

Momentos de análise de conjuntura costumam ser delicados, a pauta parece ser especialmente intimidadora para quem não se sente à vontade, em especial no clima de confusão em que nos encontrávamos. Da mesma forma, pessoas que possuem histórico maior de envolvimento em organizações políticas costumam também se sentir mais tranquilas de aportar suas contribuições.

Para evitar que apenas as mesmas pessoas falem, costumamos adotar como metodologia a *rodada*, ou seja, cada um/a dos/as presentes na reunião se organiza para falar ao menos uma vez, por uma quantidade determinada de tempo. Nesta reunião, éramos oito militantes: 4 mulheres brancas, dois homens negros e um homem branco.

A primeira a dar sua contribuição foi uma mulher, integrante do MPL há cerca de 3 anos. Sua fala partiu das elaborações que vinha fazendo junto a um outro movimento, contato este surgido como tarefa do coletivo. Esta integrante usou sua experiência como militante como ponte para entender o contexto político mais amplo. O tom posterior do debate, no entanto, mudou radicalmente em pouco tempo. As falas seguintes deixaram de partir das experiências concretas do movimento ou de vida, passando se utilizar de análises macro - estruturais, que tentavam dar conta das totalidades do processo, relacionando-o coisas como "avanço neoliberal" ou "crise financeira internacional".

Com a mudança de escala, as falas de quem já tinha mais tempo de movimento ganharam proeminência, e algumas integrantes logo demonstraram já não estarem confortáveis para contribuir com o debate. O incômodo chegou a se manifestado pela militante que havia iniciado a rodada, relacionando-o a uma diferença de formação política – ingresso recente no movimento – mas também a uma diferença de formação profissional, conectando a forma de análise a uma familiaridade com as ciências sociais e a trajetórias distintas de vida. Embora o comentário tenha encontrado alguma ressonância, as falas seguintes centraram-se em dar prosseguimento à análise mais ampla e a integrante que havia se queixado, mesmo permanecendo até o final da reunião, sentiu-se bastante desconfortável com o ocorrido.

O incômodo por ela sentido levou-a a tomar duas decisões: em primeiro lugar, não ir à reunião com os outros grupos autônomos, por prever que não se sentiria à vontade para falar. Em segundo lugar, escrever um texto em nossa plataforma eletrônica, compartilhando seu incômodo e questionando a horizontalidade de um coletivo que se deixava perpassar por esse tipo de situação:

“Sinto que além de não conseguir entender muitas coisas fico constrangida para falar, pois pela qualidade e complexidade das falas de vocês fico pensando que qualquer coisa que eu vá dizer, ou vocês certamente já pensaram sobre ela ou ela estará equivocada ou será uma grande besteira, não me sinto legitimada nesse lugar de suposto saber e sei que não sou só eu.” (Do desabafo da militante que iniciou a discussão, caderno de campo)

O desabafo causou envolvimento imediato do movimento e, como disse outra ativista, pareceu haver “destampado uma garrafa cheia de coisas que não podem ser ditas, mas que pairam sempre nos espaços” (ativista do MPL-DF, caderno de campo). O tópico de discussão passou a ser respondido com longos textos por praticamente todos/as os/as integrantes e culminou com a mudança de ideia da militante que o havia iniciado: ela decidiu comparecer à reunião, agradecendo o acolhimento e as reflexões realizadas. As falas de militantes que aqui utilizo como fonte etnográfica são frutos desse debate e me parecem uma boa chance para pensar os fluxos das distintas concepções de horizontalidade presentes no movimento, que podem nos revelar também formas de conceber o poder e a hierarquia, além de acessar as ideias de sujeito político que, em direções diversas, elaboramos.

4 A HORIZONTALIDADE COMO PRINCÍPIO, O PRINCÍPIO DA HORIZONTALIDADE: ONIPRESENÇA DA LIDERANÇA X TOTAL AUSÊNCIA DE LIDERANÇA

Se a horizontalidade parte de uma negativa, como já dissemos, o primeiro que se nega é a hierarquia. Se tomamos por exemplo uma definição de horizontalidade que aparece em um panfleto entregue na “Caravana Existe Política além do voto”, em 2006, veremos que o princípio é sintetizado em duas únicas palavras entre parênteses: (sem hierarquia). Sem hierarquia. Mas o que isso significa?

Em primeiro lugar, e este é um ponto muitas vezes ressaltado nas reuniões do movimento, não se trata da negação da existência de relações de poder. Como nos afirma Saraiva (2010, p. 77), os/as integrantes do MPL-DF não negam as diferenças de perfil ou as próprias desigualdades, mas trabalham para que haja “espaços de mobilidade” nas posições e funções ocupadas. A hierarquia seria, assim, a cristalização de posições. Segundo umx militante:

“Leio a horizontalidade como um processo constante. Um processo que envolve disparidades de conhecimentos e técnicas – pois elas existem na realidade – mas um esforço contínuo de fazer combater a cristalização de poderes.”
(Militante do MPL-DF, caderno de campo)

De acordo com essa perspectiva, a tendência a hierarquia parece estar sempre à espreita, como possibilidade contínua de captura, contra a qual é necessário criar incessantemente (*esforço permanente*) outras formas de resistir, de forma que emergjam sempre linhas de fuga⁹, para usar a terminologia de Deleuze & Guatarri (1997; 1995). É necessário criar resistências à cristalização do poder, à fixidez das posições. É necessário criar uma contra-hierarquia: a mobilidade.

A construção de uma coletividade contra-hierárquica – contra o Estado, à semelhança dos selvagens de Clastres (1978) – carrega em si o desafio de lidar com as

9 A ideia de linha de fuga elaborada por Deleuze & Guatarri surge como fluxos sempre descodificados que escapam às tendências sobrecodificadoras do Estado. Como dizem os autores, a principal potência do Estado enquanto aparelho de captura é a potência de apropriação que opera incessantemente. No entanto, também os fluxos continuam incessantemente escapando da apropriação, de forma que não há homogeneização possível, mas necessária coexistência. Aciono as linhas de fuga porque, em se tratando de uma coletividade que se pretende contra o Estado, o Movimento Passe Livre também se vê diante de capturas diversas e procura, criar formas de sempre escapar a elas.

distintas aptidões e dificuldades, com as diferentes trajetórias de cada um/a dos/as militantes do movimento. É que algumas das aptidões são especialmente valorizadas na atuação cotidiana do coletivo, seja nas interações internas (i.e.: complexidade das análises formuladas, como no caso aqui destrinchado), seja nas interações que fazemos fora dele. Isso quer dizer que, ainda que se reconheça como um dado a diferença de perfil e trajetória, também não se ignora que há diferenças que possuem um potencial hierarquizante, que tendem a fixar posições e, por isso, exigem ações e mecanismos do movimento para manejá-las. Parece-me que ressuscitar uma velha polarização do movimento é especialmente profícuo para entender como o MPL-DF se propõe a lidar essas diferenças: a oposição entre uma ideia de horizontalidade que aposta que todos/as os/as integrantes devem ser líderes, e aquela que aposta no contrário, na qual ninguém é líder.

Saraiva, ao dedicar toda uma sessão de sua tese à discussão, afirma que a ideia de todos/as sermos líderes parte do pressuposto de que todos/as os/as integrantes são indistintamente responsáveis pelas ações do movimento, em oposição à passividade que muitas vezes é vista como marca das "bases" em organizações verticais. "A noção de que "todos somos líderes" poderia significar, sob essa concepção, o ápice da ação política em uma sociedade na qual todos se convertem em membros proativos" (SARAIVA, 2010, p.184). Em contraposição, a negação da existência de liderança, se também investe no compartilhamento das responsabilidades, parece questionar uma ideia hegemônica de ação política que valoriza figuras carismáticas e/ou coronelistas. Essa última concepção parece causar mais estranheza e incredulidade, e os comentários de observadores externos no geral passam por encontrar quem seria a figura oculta que ocuparia aquele papel. Na primeira concepção, a liderança provoca esperança. Na segunda, medo¹⁰.

10 A centralidade dos afetos nos processos de individuação se faz em larga tradição filosófica/psicanalítica – sobre a qual não ousou me debruçar – e eu aqui recorro a principalmente duas referências: os já citados Mil Platôs de Deleuze e Guatarri (1995), onde a individuação é pensada não a partir da ideia de pessoa, mas das afecções que se experimenta e pelas quais se é perpassado (: 157); a obra de Vladimir Safatle (2016), que me mobilizou em grande parte das questões que aqui busco articular com a minha experiência etnográfica. Os dois afetos a partir dos quais procuro elaborar as concepções de liderança do Movimento Passe Livre – o medo e a esperança – seguem a discussão de Safatle acerca da concepção do sujeito predicativo/proprietário, característico da modernidade, que retomarei mais adiante. Medo e esperança, segundo o autor, são afetos complementares, os principais afetos articulados na constituição de um sujeito que se concebe fundamentalmente como proprietário de si mesmo, marca do Estado capitalista. Como pretendo argumentar adiante, ainda na esteira do autor, construir uma subjetividade/coletividade contra-hierárquica//contra o estado// contra o capitalismo precisa passar por fazer circular

Ainda de acordo com Saraiva, no âmbito do MPL-DF, as duas percepções encontram ressonância, estando muitas vezes em debate. Á época daquela etnografia, a oposição entre as duas se fazia muitas vezes de forma direta, coisa que já não ocorre tanto nas discussões atuais, como acredito que o trecho de material gráfico distribuído em 2014 pode evidenciar:

“Horizontalidade: Todas as pessoas envolvidas no MPL devem possuir o mesmo poder de decisão, o mesmo direito à voz e à *liderança nata*. Pode-se dizer que um movimento horizontal é um movimento onde *somos líderes ao mesmo tempo*, ou que *não haja liderança*. Portanto, temos os mesmos direitos e deveres, sem cargos instituídos e livre acesso às informações do movimento. Assim como as responsabilidades por tarefas específicas devem ser rotatórias, para que seja possível, ao mesmo tempo, aprender as mais variadas necessidades que o movimento demanda e que não centralize nenhuma função na mão de ninguém.” (“Caminhando e perguntando, passamos por 10 anos!” – Trecho do material gráfico distribuído pelo MPL-DF em comemoração aos 10 anos do coletivo – Outubro de 2014; grifos meus)

Percebe-se no excerto acima uma tentativa de conciliação: temos direito à liderança nata (seja lá o que isso for), e a horizontalidade pode ser tanto todo mundo líder como ninguém líder, desde que os efeitos sejam os mesmos, a saber, todos termos mesmos direitos e deveres. As duas concepções, assim, não aparecem como uma polarização, mas como uma tentativa de consenso, construído de forma ambivalente. A intenção é a de autorizar a existência das duas perspectivas, ou seja, de não resolver o debate. Tal como aparecem nesse panfleto, as duas concepções encontram ressonância no coletivo e se entrecruzam no cotidiano do movimento, mesmo que não sejam sempre diretamente evocadas. Ao destrincha-las abaixo, corro o risco de criar uma percepção demasiado linear das duas. Alerto, então, que é preciso perceber como elas se entrelaçam, vê-las como simultâneas.

4.1 A LIDERANÇA COMO ESPERANÇA

Se a horizontalidade surge antes de tudo como negação da verticalidade, como já dissemos acima, então uma forma de vê-la é investir para que todos/as os integrantes outros.

tes do movimento tenham direitos e deveres que, usualmente, apenas os líderes das organizações que criticamos possuem. A tal da liderança nata, à qual temos direito, surge então como esperança fundante da horizontalidade. É preciso trabalhar para que todos/as sejamos líderes.

Essa esperança/aposta pode ser relacionada a várias das estratégias do MPL para lidar com o potencial hierarquizante de certas habilidades, calcadas no estímulo de seu florescimento em todos/as os/as integrantes do movimento, de forma que todo mundo se sinta capaz de assumir todas as tarefas. Por esse viés, a já mencionada rotatividade aparece como possibilidade de "treinamento" de todos/as os/as integrantes nas suas construções enquanto líderes. Não à toa, também as demandas por "formação" costumam ser são acionadas nesses momentos - e essa palavra esteve presente em várias das considerações no episódio que aqui analiso:

"Temos um problema com nossa formação política. Ela foi muito forte e desenvolvida no passado, mas retraiu significativamente desde 2013. Fizemos cursos, oficinas, grupos de estudos, publicações, cine-debates. Assim circulávamos nossas perspectivas entre nós. Estamos, creio, num momento crítico de que ou retomamos estas atividades ou vamos enfrentar problemas muito sérios." (de um militante, cadernos de campo)

"Por fim, queria dizer que acho fundamental retomarmos as discussões sobre autonomismo e formação política (...). De fato, tínhamos muitos espaços como esse, em especial quando estávamos nos constituindo enquanto grupos autônomos. Isso faz mesmo muita falta e aumenta as diferenças de acúmulos" (De outra militante, cadernos de campo)

A formação é, de certo modo, espelho da rotatividade de funções: sem ela, o exercício rotativo das atividades não se dá de forma satisfatória; sem a rotatividade, por outro lado, a formação fica impossibilitada, já que há coisas que só a prática faz conhecer. É ao partilhar os conhecimentos acumulados pelo movimento que aqueles/as que não se sentem à vontade em seu cotidiano tem chance de se *empoderar*, de passar a terem também em si os acúmulos que militantes mais antigos construíram ao longo do tempo, para assim tomarem frente (liderança) nas atividades do coletivo.

Segundo Saraiva, uma possibilidade de encarar esses dois mecanismos é vê-los como tentativas de "nivelar" os/as integrantes do grupo. Ainda segundo a autora, muitas vezes tal nivelamento pareceu mesmo ser visto como tendência dentro do co-

letivo:

“Retomando a ação no âmbito do MPL, pode-se dizer que, mesmo notando-se diferenças entre os ativistas, como a conseqüente tendência de diferenciação na distribuição de poder, foi possível observar, ao longo do tempo, uma tendência oposta em direção a um nivelamento entre diferentes perfis de atuação.”(-SARAIVA, 2010, p. 185)

A ideia de que há um nivelamento possível entre todos/as os/as integrantes a partir de uma capacitação compõe essa esperança na possibilidade (ou dever) de todos/as nos constituirmos enquanto lideranças. Um tipo, inclusive, bastante rígido de liderança, no qual se tem que dar conta não apenas das clássicas características do/a líder – i.e. boa oratória e capacidade de análise – mas de toda e qualquer tarefa que o coletivo se proponha a fazer. Nesse sentido, caminhamos em busca de um ideal de integrante do MPL como um sujeito que acumula todos os predicados para realizar todas as atividades, que tenha em si a potência de todas as habilidades, necessitando, apenas, que seja estimulado e formado para isso. “Às vezes a nossa concepção de horizontalidade faz com que todo mundo do MPL tenha que ser *quadro*¹¹ em tudo”, como disse um militante, em uma reunião.

A esperança de que todos/as nos tornemos líderes carrega também em si uma angústia iminente, coisa que podemos perceber pelo trecho do desabafo já citado da companheira. “O espaço de militância não é um portal mágico onde você entra e vira a sapiência sobre conjunturas políticas, história geoeconômica etc”, ela diz em seguida. Aqui, ela trata especificamente da dificuldade de inserção nos momentos de análise do movimento – uma dessas ações com grande potencial hierarquizante – mas há formas diversas de terminar essa mesma frase: *O espaço da militância não é um portal mágico onde você entra e sabe como escrever um texto... sabe como diagramar um panfleto... sabe como dar uma oficina... sabe como enfrentar a polícia... sabe como se aproximar das pessoas... sabe como decidir por consenso...e assim indefinidamente.* Mas, por vezes, a noção de horizontalidade do movimento passa pela seguinte resposta: você pode até não entrar sabendo, mas eventualmente você tem que chegar lá.

Parece-me interessante (irônico, ao menos) notar uma aproximação entre

¹¹ Expressão referente aos militantes que são formados para assumir a liderança em organizações de esquerda.

essa exigência do coletivo e os sujeitos *multi-tasking* que o (não tão) novo discurso capitalista também exige, flexível, não especializado//especializado em tudo, capaz de enfrentar desafios nas mais diversas áreas. Aqui a noção de Foucault (2008) do sujeito empreendedor de si mesmo, enquanto fundamento do neoliberalismo pode ser reveladora do tipo de subjetividade que fazemos emergir quando exigimos que todos/as os/as integrantes do coletivo deem conta de todas as tarefas. Segundo o autor, a multiplicação da forma empresa no interior do corpo social é um dos pilares neoliberais, e esta forma empresa se alastra nas mais diversas espessuras da sociedade. O *homo oeconomicus* do neoliberalismo não seria, assim, como no liberalismo clássico, o homem da troca, mas um empresário de si mesmo: aquele que se vê enquanto produtor e enquanto capital – o *capital humano*. Se, no caso do MPL-DF, a responsabilidade que a própria coletividade se atribui na formação de qualquer um desses sujeitos é bem distinta da que as empresas capitalistas se propõem – e aí podemos pensar que o coletivo é o empreendedor de si mesmo, já que atuação pedagógica dos/as integrantes mais antigos no coletivo é sempre cobrada¹² – o lugar de chegada não deixa, por isso, de ser curiosamente semelhante: a exigência de flexibilidade de nossos integrantes nos deixa próximos do espriar da forma empresa, ao contrário do que desejávamos.

Aqui, a noção de hierarquia que Graeber (2007)¹³ elabora pode ser um bom gancho para complicar a ideia de liderança como esperança: para além da cristalização dos poderes, o autor afirma que a construção de relações hierárquicas lineares parte do ato de medir a todos/as a partir de uma única régua. Impossibilitar a fixação de hierarquias requereria, assim, passar por repensar a régua. Quando partimos da possibilidade de todos/as nos transformarmos em líderes, por mais peculiar que a figura do líder nos pareça, continuamos tendo um ponto a ser alcançado, a partir do qual podemos nos comparar. A aposta de Graeber – que também anda preocupado em

12 "No mais, acho que nossos anciões e anciãs, tem uma batata quente no colo, que é a de encarar mais sistematicamente o papel pedagógico de vocês no processo de construção da horizontalidade no coletivo (...)", diz uma militante, prosseguindo com a discussão.

13 No seu ensaio: "Manners, deference and private property: or, elements for a general theory of hierarchy" (2007), David Graeber se propõe a pensar a hierarquia na sociedade capitalista (e formas de sair dela) a partir da clássica dicotomia antropológica entre relações de evitação e relações jocosas. Segundo o autor, a lógica da evitação – pautada na separação entre corpos – poderia ser vista como mais próxima as elaborações capitalistas, pois que entende o corpo como uma propriedade a ser protegida do outro. Já as relações de jocosidade seriam marcadas por fluxos, concebendo os corpos enquanto perpassado pelo outro e pelo mundo. Essa discussão possui confluências interessantes com a abordagem de Safatle (op. cit), sobre as quais pretendo me debruçar ao final deste artigo.

como estabelecer relações não hierárquicas – é numa espécie de multiplicação das régua: “Um milhão de modos de discriminação é, em termos e intenções práticas, idêntico a nenhum tipo de discriminação” (GRAEBER, 2007, p.48). Acredito ser essa uma boa intuição. Mas voltaremos a isso mais tarde.

4.2 A LIDERANÇA COMO MEDO

Se há uma régua a partir da qual nos medimos, cujos requisitos precisamos alcançar, isso quer dizer, por outro lado, que os destaques também não são vistos com bons olhos, e aqui a aposta na ausência de liderança enquanto pressuposto da horizontalidade desponta. O surgimento de lideranças é visto como um risco para o movimento, que precisa ser evitado. Voltemos à Revolta do Buzú, Salvador, 2003, para entender um pouco desta concepção.

O episódio conhecido como a Revolta do Buzú é desses acontecimentos que ultrapassam suas aparentes dimensões locais, entre outras coisas, por acabar como inspiração para quem estava bem longe das ruas tomadas por estudantes em Salvador. Grande parte daqueles/as que, cerca de um ano depois, iniciariam o Movimento Passe Livre-DF, acompanharam as notícias de dias sucessivos de manifestação contra o aumento da tarifa na capital baiana, seja pelas notícias da grande mídia, seja pelos editoriais escritos na página do Centro de Mídia Independente (CMI). A forma como contamos e entendemos essa revolta foi, além disso, significativamente moldada junto ao filme de mesmo nome, de Carlos Pronzato, que nos servia de fonte para entender aquele processo e que, muitas vezes, foi passado em nossas atividades nas escolas do Distrito Federal – pelo menos até produzirmos nossos próprios vídeos, no meio de 2005.

A narrativa do filme explora principalmente o caráter *espontâneo e sem lideranças* das manifestações que, por cerca de duas semanas, tomaram as ruas de Salvador e a consequente recusa à atuação de organizações estudantis representativas (UNE e UBES, em especial). Segundo o que acompanhamos na produção, desde o início os atos eram construídos por estudantes de diversos contextos, principalmente os

que não participavam de qualquer organização política. As discussões sobre a presença ou ausência de liderança despontam já no início do filme, quando, por exemplo, assistimos às conversas entre manifestantes e policiais: "Quem é o líder? – pergunta um policial – quem é líder sabe, quem não é líder não sabe" ou ainda "Uma coisa é movimento sem liderança. A partir do momento em que alguém tem que se responsabilizar...", diz outro policial. Os depoimentos de vários/as estudantes para a câmera, por outro lado, reafirmam diversas vezes como as manifestações não possuem uma liderança legítima.

A ilegitimidade de qualquer tipo de liderança é confirmada para o público do filme quando, em poucos dias de manifestações, acompanhamos uma mesa de negociação entre a prefeitura de Salvador e uma comissão formada por membros de entidades estudantis. As falas dos estudantes que compõe a mesa afirmam que o que se está assinando ali (extensão da meia passagem estudantil para os fins de semana, ampliação do público atendido pela meia passagem etc.) é um acordo que atende a demandas históricas do movimento estudantil. O presidente da UBES afirma, ainda: "liderança sempre teve, tanto que foi conduzido de forma ordeira". O prefeito de Salvador, em seguida, apela para que, assinado o acordo, se desmobilize a revolta. Os presentes na mesa assinam um papel.

As imagens seguintes passam por manchetes de jornais que declaram o fim da revolta a partir da assinatura dos acordos. As cenas que acompanhamos a seguir, no entanto, contrariam esta aposta. As manifestações seguem ocupando as ruas de Salvador. Há um grupo de estudantes, uma delas explica para a câmera: "A gente quer que a passagem volte a ser 1,30! A gente não sai até voltar a ser 1,30!". O entrevistador pergunta: "E os acordos que assinaram?" Há burburinho, gritos, vários estudantes que afirmam: "é mentira! Não contempla!"

Não me alongarei mais na análise fílmica, mas, para os propósitos deste trabalho, vale saber que a narrativa segue caminhando por esse percurso: as manifestações continuam em torno do aumento de passagens, as discussões e debates sobre tentativas de desmobilização persistem. Um ou outro integrante de partido político/ entidade estudantil dá um depoimento, ou afirmando a necessidade de se juntar ao

processo como mediador (como diz o presidente da juventude do PT da Bahia) ou ainda comentando a necessidade de “dar um rumo ao movimento” (como diz uma estudante de uma escola do centro de Salvador). A recusa de ser “massa de manobra” de quem se diz “porta voz para a imprensa”, por outro lado, aparece em falas de vários/as estudantes e há ainda um manifestante que diz: “Não é que não existam líderes. O que não existem são representantes. O líder é o povo¹⁴”.

Se não é preciso dizer que seguramente haveria muitas outras formas de contar essa mesma história, o fato é que esta narrativa é parte constituinte de como, ali nos primórdios do MPL-DF, construímos uma ideia de liderança e a atuação das entidades estudantis, impressão que, aliás, se acoplava com experiências e recusas prévias ao que nos parecia um certo modo de fazer política. Toda e qualquer pessoa que havia se intitulado líder das manifestações em Salvador era, acima de tudo, um traidor: não apenas não tinha de fato o poder de convocação da multidão em revolta, como não possuía interlocução com quem dizia representar e, além disso, sequer estava pautando a mesma causa (um espelho do que nos parecia a política profissional no geral). A solução que os/as estudantes do filme parecem nos apresentar é a da negação completa de qualquer liderança enquanto única precaução contra a traição que está sempre à espreita. A negação da liderança nos aparecia como a consequente negação de qualquer possibilidade de negociação das pautas.

Este é um caminho possível para entender como o medo aparece enquanto um dos principais afetos articulados na relação com a noção de liderança no cotidiano do MPL-DF e, assim, qualquer um/a que pudesse despontar como líder (ou seja, como *traidor*) mobiliza/va muito mais suspeita do que admiração. Essa sensação está diretamente conectada às discussões de horizontalidade levadas a cabo no coletivo, em especial no seu início: as funções que poderiam revelar talentos usualmente atribuídos à figura de líder//político profissional, tais como a capacidade de articulação e negociação ou até mesmo a fala em público sempre foram vistas como as mais necessárias de serem rotativas. O debate aí, no entanto, não era dado em torno da disputa por quem ocuparia esses lugares, mas, justamente, pela recusa dos integrantes em ocupa-los, por certo desprezo a essas funções, em especial a de negociação. Ainda

¹⁴ Irresistível lembrar do lema dos caracóis zapatistas: “Aquí manda el pueblo y el gobierno obedece”.

que houvesse consenso do coletivo em participar de certas ocasiões onde esse perigo se apresentava de forma iminente, pouquíssimas pessoas se dispunham a isso e elas eram, no geral, vistas com desconfiança.¹⁵

Resulta daí uma situação ambivalente, curiosa. Vários/as de nós que recebiam/ recebem destaque em espaços institucionais, chegando a ser vistos como lideranças por quem não integrava o movimento, eram, justamente, os/as que mais recebiam críticas nos nossos espaços internos. O prestígio externo não se reflete em reconhecimento ou prestígio interno, mas em desprestígio¹⁶. Juntamente com seus efeitos um tanto nefastos em quem quer que esteja nessa posição, o desprestígio dos/as líderes/as em potencial tem sido um dos principais mecanismos de horizontalidade do MPL-DF. É difícil não nos aproximarmos da discussão que Clastres (op.cit), embora em contexto etnográfico diverso, traça acerca de uma espécie de desprezo que pautaria as relações dos selvagens com seus desempoderados chefes. O desprestígio aqui evidenciado pode ser também encarado como um tipo de conflito por poder, como um exercício contínuo de limitação do poder do chefe/líder, assim como propõe Deleuze e Guatarri (1997), na esteira do etnólogo.

Vale tomarmos como inspiração a discussão de Safatle (2016) sobre a esperança e o medo enquanto afetos complementares para entender como o para nós antigo debate entre *todos sermos líderes e ninguém ser líder* não trata de dois pontos em lados opostos de uma linha, mas de dois lados de uma mesma moeda. Os dois lados partem de uma concepção do sujeito enquanto proprietário de si mesmo, um sujeito predicativo, segundo o autor, cuja relação fundamental da constituição da individualidade se dá a partir da ideia de posse: "(...) pensar sujeitos a partir de sua predicabilidade é pensa-los a partir de relações de possessão, um pouco como indivíduos essencialmente definidos como "quem tem uma propriedade em sua própria pessoa"" (SAFATLE, 2016, p. 23). É um indivíduo que possui, em si, ou a essência do líder – em oposição a um sujeito passivo – ou a recusa do líder – em oposição a um sujeito autoritário.

15 Vários exemplos etnográficos desse desprezo podem ser encontrados nas já citadas Mendes e Saraiva.

16 Há outros fatores fundamentais nessa falta de reconhecimento, tais como condição de raça e gênero, sobre os quais falarei mais adiante.

Se somos indivíduos proprietários de nós mesmos, constituídos por nossas características/predicados, o outro é, antes de tudo, um invasor em potencial, contra o qual devemos nos proteger (ou com quem devemos nos igualar). Graeber (2007) segue raciocínio similar em suas elaborações sobre a concepção de corpo/sujeito enquanto ser autônomo e com fronteiras definidas e a sua necessária implicação de proteção dessas fronteiras do perigo de outros corpos, relação que o autor aponta como fundante do Estado e essencialmente hierárquica. Ao me inspirar nessas discussões, proponho que pensemos que, ao conceber a horizontalidade a partir da ideia de uma só régua que caracteriza os/as integrantes do coletivo – a da liderança, a ser repudiada ou aclamada – segundo a qual todos/as precisam ser medidos/as – para alcançá-la ou para não se destacar, requerendo necessariamente uma série de qualidades atribuídas aos indivíduos – nosso conceito de horizontalidade não se propõe a pensar a multiplicidade (mobilidade), mas uma homogeneidade que em última instância pode beirar as tendências microfascistas contra as quais Deleuze & Guatarri (1997) nos alertaram estar perto da mais rizomática existência. Se continuamos apostando que nosso ideal de militante//sujeito político passa por alcançar a liderança ou por fugir dela a todo custo, podemos até mudar a forma de olhar a régua, mas, ainda assim, não questionamos a própria régua.

(Há mais).

5 TRAZEMOS O MUNDO VELHO EM NOSSOS CORAÇÕES

Quando pensamos a dinâmica da cristalização dos poderes no cotidiano do coletivo, outras relações são também acionadas, e elas dizem respeito a hierarquias que são vistas pelos integrantes do movimento como estruturais, para além de suas fronteiras. Em especial, elas dizem respeito a desigualdades de raça e gênero, dadas como dois grandes obstáculos para uma construção efetiva da horizontalidade. Adicionadas à diferença de acesso à formação acadêmica – que com tranquilidade poderíamos associar a diferenças de classe – tais desigualdades aparecem como cruciais para entender as disparidades de poder que também constroem as relações do coletivo. Tomemos algumas falas da discussão como exemplo:

"(...) E isso faz sim diferença e muita, inclusive na questão de gênero, o espaço público é historicamente atribuído e legitimado aos homens, e pensar política é entrar no espaço público que nos é negado enquanto minas." (da militante, branca, que iniciou a discussão, caderno de campo)

"É fácil ler na minha pessoa o homem e o estudante de ciências sociais. Mas é difícil ler o negro, de família sem formação acadêmica, que passou e passa por humilhações e questionamentos de todo tipo por minha cor, que se qualificou em situações adversas de quem não via nenhuma qualidade no seu discurso. O que estou querendo dizer é que estão me atribuindo um privilégio no que leio como fruto de uma conquista (torta, com problemas, mas é uma conquista). Enfim: em nosso movimento existem muito mais mulheres brancas com capacidade de interlocução e leitura da realidade que homens negros." (de um militante negro, caderno de campo)

"Sou do time das inseguras; sou do time das sociais. Sou do time do acesso privilegiado ao saber, mesmo sendo mulher. (E sou do time de quem já deixou de ir em atividades diversas por não me sentir capaz de contribuir nem de desabafar nem de buscar ajuda)." (de uma militante branca, caderno de campo)

"Passei anos calado mas conversas sobre política que aconteciam nos bares, pois não tenho formação acadêmica, nem falo outras línguas, o que sempre me fez depender dos coletivos para a minha formação política." (de um militante negro, caderno de campo)

Poderíamos seguir indefinidamente com excertos da discussão, já que todas as pessoas que dela participaram acionaram de alguma forma esse tipo de discurso: fosse para denunciar as dificuldades de uma posição, fosse para assumir o privilégio de outra. Cada militante, como aliás costuma acontecer nas discussões do coletivo, se posicionou em algum dos polos sobre os quais falávamos – homem/mulher, negro/branco, com formação acadêmica/sem formação acadêmica.

O reconhecimento e localização nesses polos passa por uma percepção que à primeira vista pode parecer contraditória com a ideia de prefigurativismo sobre a qual falávamos acima. Não é que carregamos o mundo novo nos nossos corações? Então qual o peso dessas desigualdades, se a ideia é viver já desde então esse outro mundo? A análise do coletivo caminha na direção oposta à desses questionamentos: trazemos, afinal, também o mundo velho em nossos corações – não apenas não estamos isolados do mundo que queremos destruir, somos também fruto dele. Ignorar essas hierarquias, seria, segundo o coletivo, não se atentar ao que queremos eliminar e, assim, terminar por contribuir com a manutenção e invisibilização das desigualdades. Nada

nos pareceria menos horizontal que isso.

Curioso é perceber que, segundo os depoimentos, não há quem se sinta confortável aonde se encontra. Não importa como os tais polos se combinam em suas trajetórias, nenhum/a dos/as militantes que se manifestou considera estar seguro onde está no cotidiano do movimento. O que há, pelo contrário, é uma afirmação constante da fragilidade que cada um encontra, ainda que haja também reconhecimento de seus privilégios (a terceira fala aqui citada é especialmente clara nesse sentido).

Há vezes em que o acionamento desse incômodo é visto como uma espécie de competição entre as diferentes discriminações sofridas e os respectivos lugares de fala de cada militante, como se pudesse haver uma também hierarquia entre quem sofre mais a depender da opressão que sofre. A preocupação em não se deixar levar por esse tipo de dinâmica – o que revela, ao menos, que a mesma dinâmica parece encontrar algum eco – emerge no coletivo quando, por exemplo, uma integrante declara (sobre o machismo e o racismo): “São duas opressões muito estruturais da nossa sociedade e história e acho que precisam ser pensadas mesmo com cuidado, que sirvam uma para desconstruir a outra e não para conflitar-se” (fala de uma das militantes, caderno de campo). É a forma de dizer que há mais que disputas entre quem se encontra em pior condição frente às diversas desigualdades que compõe esse mundo que queremos ver acabado; há o necessário desconforto, um forçoso não encaixar-se que – mesmo que de intensidades e origens distintas – é o que nos fez coletivo, é o que nos trouxe para a luta em primeiro lugar. O impasse do movimento com a horizontalidade, assim, também me parece se relacionar com não enxergar esse desconforto como potencialidade, mas como algo a ser resolvido.

6 BAKUNIN COM GELO E LARANJA: A HORIZONTALIDADE COMO HORIZONTE E O PERENE DESCONFORTO COMO MODO DE CAMINHAR

“Por mais que se tenha essa formação constante, sempre vai haver alguma lacuna entre as militantes de um movimento, isso pq temos qualidades e afinidades com diferentes características da luta, temos que saber valorizar a capacidade de análise de algumas, tanto quanto a disposição pra mão na massa de outras, afinal a maioria das pessoas com as quais desejamos lutar acha que Bakunin é uma vodka. Também seria um erro não aproveitar a qualidade de leitura da realidade das nossas militantes, que por vezes são capazes de ler e sintetizar a

realidade de forma muito rápida. Temos que criar mecanismos de horizontalidade que aproveitem as características de cada militante, sempre tentando não hierarquizar esses conhecimentos." (fala de um militante, caderno de campo)

A sedução da cristalização dos poderes – ou seja, da hierarquia – está, justamente na promessa que as coisas estejam seguras, estabelecidas e, dessa forma, confortáveis. O conforto é o que nos cristaliza; o desconforto, o que nos empurra, caminhar. Assim, se a horizontalidade trata, acima de tudo, da mobilidade – pois que a contra-hierarquia é poder mover-se, como elabora o próprio movimento – apostar na resolução dessa querela é, afinal, uma contradição em termos. É como pensar uma revolução não conjugada em gerúndio. Foi, pois, a insatisfação e o desconforto que nos trouxe ao Movimento Passe Livre em primeiro lugar: o desconforto dos ônibus apertados, mas também o desconforto de uma forma de fazer política que igualmente parecia não nos caber.

A elaboração de Safatle (2016) acerca do desamparo enquanto afeto revolucionário me parece especialmente frutífera neste ponto, se pensarmos na horizontalidade como o abandono de um sujeito que se define por suas características, em nome de conexões entre sujeitos que se indefinem, ou seja, que se abrem à sua despossessão, tal como o autor reinterpreta a ideia de proletariado marxista. Os vínculos que se criam entre sujeitos que não se mobilizam essencialmente pelo medo ou pela esperança, mas que, ao contrário, se expõe e se entrecruzam pelas contingências, são vínculos de outras naturezas, com novas potências, as potências necessárias para se saltar no vazio, para deixar de lado os rumos de sempre. O interessante, desta forma, não é apostar num antagonismo superado, mas no caráter insuperável do antagonismo, do desconforto, do desamparo.

Em outras palavras, entender a horizontalidade não enquanto indivíduos que, em suas características, buscam aproximar-se a uma determinada régua, seja acima ou abaixo dela, mas pautar-se pelo fluxo dessas características. "Valorizar a lacuna e diferença entre militantes sem hierarquizar, me ajuda a tentar legitimar minhas potências e reconhecer nx outrx que a potência delx, também me fortalece.", disse a militante que iniciou o debate, após o contato com algumas respostas a seus incômodos. Mas talvez passe por também perceber que a potência do outro não é só minha força, mas também minha vulnerabilidade: abrir-se para ao desamparo dessa situação é o que permite que uma relação com o outro não pautada pela necessidade da proteção comece a emergir, ou seja, um tipo

de socialidade que não se pautem pela necessidade do Estado para nos defender do invasor, uma socialidade contra o Estado e contra o mercado, tal qual o movimento busca criar.

Aqui também me parece interessante evocar a ideia de liderança a partir de um outro verbo: não o *ser* de sermos todos/as líderes, ou ainda o *não ser* de ninguém é líder. Se a proposta é se constituir pela mobilidade, o interessante é pensar através do *estar*, necessariamente transitório, marcado pela inconstância e não pelo predicado. "Pode-se dizer não que o chefe é um homem que fala, mas aquele que fala é um chefe", disse Clastres (1978, p.30), acerca dos mecanismos que impedem a subordinação hierárquica nas sociedades selvagens; ou seja, a fala é o lugar da chefia, mas não é o lugar do chefe. Encarar o exercício não- predicativo das funções necessárias às atividades do movimento, emerge como uma forma interessante de entender o mecanismo de rotatividade de tarefas que nos propomos a construir, quando o que se faz não se arboriza, não resulta em cristalizações do que se é. Essa ideia se aproxima da interessante abordagem que Safatle elabora acerca do sujeito político total de Marx, que pesca de dia, pastoreia à tarde e faz crítica a noite sem se transformar por isso em pescador, pastor ou crítico (SAFALTLE, 2016, p. 236).

Nesse sentido, uma elaboração do princípio pode nos levar para uma horizontalidade que, como o horizonte e a utopia, torna-se inalcançável, torna-se o lugar para o qual nos movemos, mas no qual nunca podemos chegar. Em outro lugar (SARAIVA,2017), afirmo que a noção de política que o Movimento Passe Livre-DF articula passa por uma capacidade de ver além das regras estabelecidas, para a qual a dimensão utópica é imprescindível, no sentido que afirma Newman (2010): "a utopia é parte essencial de qualquer forma de política radical; para se opor à ordem corrente, temos que necessariamente invocar uma imaginação utópica, alternativa" (NEWMAN, 2010, p.68). A utopia vista principalmente como um fora que desorganiza o estabelecido, não uma prescrição de futuro, ou um programa a ser alcançado ou ainda enquanto a realização de um sonho idílico no qual os conflitos e agruras que atualmente enfrentamos serão por fim resolvidos. Parece-me interessante, assim, ver na horizontalidade potência análoga: não um o ordenamento de um futuro, mas a do desordenamento do presente como possibilidade de vida. O desconforto então vira a garantia de que continuaremos indo, um modo próprio de caminhar, de não nos sedimentarmos, ao invés de algo a ser resolvido.

Urge, ainda, expandir os limites desse horizonte para longe das fronteiras do coletivo (ou deixar, também, essas fronteiras necessariamente perpassadas), em consonância com a percepção de política do MPL que aposta não na sua especialização, mas num necessário exercício cotidiano, sem políticos. Se a ideia de que há aqueles/as que fazem a política, enquanto há aqueles que cuidam de suas vidas se constitui enquanto a anti-política para o movimento – pois que evidencia a própria definição do Estado¹⁷ - há que se fazer fluir a horizontalidade para quem, afinal, não se importa se Bakunin é um vodka, um remédio para acne ou uma versão diminutiva do que a polícia nos faz diariamente.¹⁸

7 REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. **A sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1** / Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 94 p. (Coleção TRANS).

_____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5; tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. — São Paulo: Ed. 34, 1997

DREYFUS, Hubert & RAIBOWN, Peter. **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics**. 2nd ed. Chicago: The university of Chicago Press, 1983, pp.208-226.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

GRAEBER, David. **Possibilities: Essay on Herarchy, Rebellion and Desire**. Okland: AK Press, 2007.

HARAWAY, Donna. **Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective** Donna Haraway Feminist Studies, Vol. 14, No. 3. (Autumn, 1988), pp. 575-599., 1988.

HARDING, Sandra. **Objectivity & Diversity: Another logic for scientific research**. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

LIMA, Paique Duques. **Ger'Ação Direta no DF: Reflexões sobre as lutas sociais em**

17 Desenvolvo esta reflexão em outro momento.

18 A partir da brincadeira que o militante citado acima fez- "a maioria das pessoas com as quais desejamos lutar acha que Bakunin é uma vodka" – outros/as militantes entraram no mesmo clima e passaram a também a descontrair em suas reflexões subseqüentes: "Bakunin não é um remédio para acne?" "Bakunin deve ser uma versão diminutiva do que a polícia nos faz todos os dias".

Brasília no primeiro decênio dos anos 2000 In da SILVA, Erlando (org) **Universidade e Movimentos sociais**. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2015.

MENDES, Elisa Rosas. **Por uma vida sem catracas**: Um estudo sobre o Movimento Passe Livre. Monografia de conclusão de curso. Brasília: Departamento de Antropologia, 2007.

NEWMAN, Saul. **The Politics of Postanarchism**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.

SAFATLE, Vladmir. **O circuito dos afetos: Corpos Políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ed revisada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SARAIVA, Adriana Coelho. **Movimentos em movimento**: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos. Tese de doutorado, Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 264p., 2010

SARAIVA, Leila. **Não leve Flores**: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2017.

SITRIN, Maristela. (org). **Horizontalidad: Voces de Poder Popular En Argentina**. Cooperativa Chilavert, 2005.



REVICE - Revista de Ciências do Estado
ISSN: 2525-8036
v2.n.1 JAN-JUL.2017
Periodicidade: Semestral

seer.ufmg.br/index.php/revice
revistadece@gmail.com

SARAIVA, Leila. Para além das palavras: teorias e práticas da horizontalidade como construção de utopias no Movimento Passe Livre-DF.
Data de Submissão: 03/11/2016 | Data de aprovação: 30/11/2016

A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como citar este artigo:
SARAIVA, Leila. Para além das palavras: teorias e práticas da horizontalidade como construção de utopias no Movimento Passe Livre-DF. In: **Revive** - Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. 296-326, jan./jul. 2017.
